

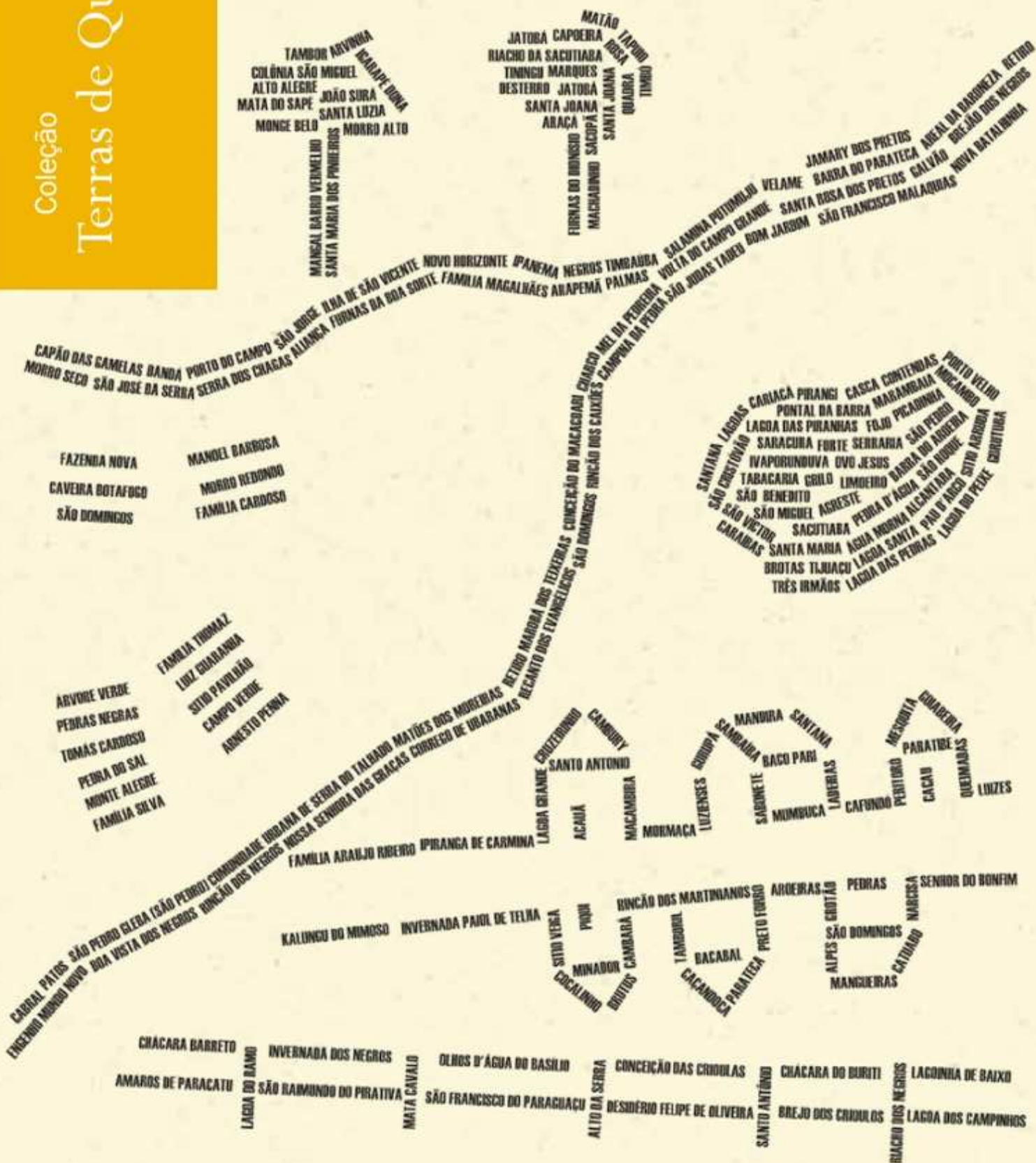


Coleção

Terras de Quilombos

Goiás

# Comunidade Quilombola Família Magalhães





**As terras de quilombos** são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Família Magalhães

A comunidade quilombola Família Magalhães vive na margem esquerda do Rio Paranã, na Fazenda Lavado, município de Nova Roma, Goiás. É uma grande família extensa, formada por quatro gerações. Em uma contagem realizada em 2007, a comunidade era composta por cerca de 79 membros, distribuídos em vinte grupos familiares. São descendentes do Seu Pedro Magalhães da Cunha e Dona Alvina Pereira dos Santos.

A Família Magalhães surgiu em 1944, com o casamento de Seu Pedro e Dona Alvina. Seu Pedro, já falecido, nasceu em 1906 na localidade de Terra Vermelha. Era “filho do Kalunga”, um extenso quilombo do sertão de Goiás. Dona Alvina, a matriarca da comunidade, ainda é viva. Nasceu em 1924, na localidade de Porto Real, às margens do rio Paranã, mas se criou na Fazenda Santa Rita, 50 km rio acima, na margem oposta do mesmo Rio Paranã. O casal se conheceu nessa fazenda, quando Seu Pedro, saindo de Kalunga, subiu o Rio Paranã em busca de serviço.



Sr. Magalhães, Dona Alvina e duas filhas do casal. (Final da década de 1960). Fonte: Roberto Alves de Almeida



Ao fundo, terceira e atual, casa de Dona Alvina e família. Fonte: Roberto Alves de Almeida.

Kalunga é o nome de um povo quilombola que habita vasta região de serras em torno do Rio Paranã, na região nordeste do estado de Goiás. O Povo Kalunga foi formado no século dezoito por negros fugidos do cativeiro e por libertos, além de indígenas da região. Seu território compreende uma área de 262 mil hectares e abrange parte de três municípios de Goiás: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Nesse território, existem cerca de duas mil famílias distribuídas em mais de 20 comunidades e 42 localidades.



Magalhães não era inicialmente um nome de família, mas o nome próprio pelo qual Seu Pedro era chamado: Seu Magalhães. **Os Magalhães são conhecidos também como kalungueiros, por conta do parentesco com o Povo Kalunga.** No começo, o nome kalungueiro era rejeitado pela Família Magalhães, por ser um termo pejorativo, usado para discriminá-los. Eles também eram chamados de “os pretos”. Porém, com o passar do tempo, ser kalungueiro tornou-se motivo de orgulho, sinal de um povo que luta por sua terra e seus direitos.

Muitos mangavam: os pretos isso e aquilo. Kalungueiro aqui, de primeiro, o povo não fazia conta não. Para eles a derradeira gente era kalungueiro. Muitos também abusavam, que fica assim, tipo um abuso. Depois é que hoje em dia é menos. Primeiro eles muito abusavam: é kalungueiro! Cansei de ver gente falar...

**A primeira residência do casal Magalhães foi na mesma Fazenda Santa Rita onde se conheceram.** Lá, em 1945 nasceu José, primeiro filho do casal. No ano seguinte, eles se mudaram para a Fazenda Gameleira, poucos quilômetros rio acima, onde nasceram mais três filhos: Antônio, em 1947; Domingas, em 1949; Maria, em 1951. **Entre 1954 e 1955, os Magalhães foram morar no atual território: na Fazenda Lavado,** onde nasceu Videlino, o quinto filho.

**Em Lavado, primeiro residiram na antiga sede, às margens do Rio Paranã, na altura do Rio Areia.** Em 1956, o casal mudou-se com os filhos para dentro da bocaina do córrego do Cajueiro, na mesma fazenda, onde a família se completou. Lá viveram por vinte anos. Mas o córrego secava na época da estiagem e a mina mais próxima passou a secar. Foi quando retornaram às margens do Rio Paranã, onde a água não falta.

Bocaina significa uma depressão em uma serra ou cordilheira. Passagem entre duas elevações de terreno, se assemelha a uma grande boca aberta, ou uma garganta profunda.

Quando a família Magalhães foi morar na região do Cajueiro, não havia nenhum morador por perto. A próxima casa ficava a 18 km de



Ponte sobre o rio Areia.

Fonte: Roberto Alves de Almeida

distância. Do outro lado do rio, o primeiro morador estava a 12 km. Dona Alvina se recorda:

Quando nós chegamos aqui não tinha morador nenhum, só tinha nós só. Entremos aqui na dureza ai eu sozinho com esses meninos tudo pequeno. Era nós seis [o casal e quatro filhos], que os outros foi tudo nascido e criado aqui.

...deste lado [da fazenda Santa Rita, no outro lado do Paranã] sempre teve dono, o dono daí era um Senhor chamado Nestor Tavira. Deste lado de cá tinha dono, mas já tava largado. O gerente daqui era o Simplício e o dono daqui era o Doutor Rodolfo. Neste tempo o dono era só ele, depois que nós viemos para aqui é que o Doutor morreu. Ai nós ficamos sozinhos.

Para garantirem a sobrevivência de seu grupo familiar, inauguraram um vínculo único com a terra. **Eles deixaram de ser apenas vaqueiros e empregados de fazendas, como na Santa Rita e na Gameleira, para constituírem uma comunidade com fortes vínculos de parentesco e trabalho na terra.**

Na Fazenda Lavado eles nunca trabalharam para os proprietários. Segundo Antônio Francisco dos Santos, atualmente residente em Ourorominas, no tempo em que morou em Lavado:

Nunca teve confusão com ele [Seu Magalhães]. Morava lá, trabalhador, foi criar a família. [...] Doutor Rodolfo só ia para pescar de ano em ano nessa fazenda. Depois ele pegou e vendeu o gado e sumiu. Então, nós já morava no Lavado e ficamos ali. Eles moravam cá [no Cajueiro], e ficou ali, ninguém perturbava não. .. O Magalhães, ele trabalhava para ele mesmo. [...] Nunca foi empregado, ele trabalhava para ele, para manter a casa, os filhos. E às vezes, agente trabalhava para um, pra ganhar um [dinheiro]... Depois que o doutor vendeu o gado, ele não apareceu mais, ai [a terra] ficou ai, à vontade...

O tempo de permanência na terra, o trabalho nela, comprovado pelas marcas deixadas na paisagem são a base de sua noção de direito à terra. Do alto das várias serras situadas nos dois lados do Rio Paranã, é possível avistar o território construído pelos Magalhães na Fazenda Lavado, com inúmeras capoeiras, oriundas de suas antigas roças, abertas nas matas da beira dos córregos Lavado, Cajueiro e Cozinha, e dos rios Areia e Paranã.

Seu Videlino Magalhães da Cunha, o quinto filho do casal fundador e uma das lideranças da comunidade, afirma:

**Eu acho que o cara que nasceu na terra, que envelheceu numa terra, eu acho que ele é dono da terra.** Eu não entendo muito bem, mas, pelas coisas da vida que eu venho acompanhando de muitos anos, eu acho que é mais ou menos por aí.

A fala de Seu Videlino mostra uma importante relação entre os Magalhães e seu território. Sendo agricultores, derramaram suor na lavoura e assim conquistaram seu lugar. Para eles, **uma pessoa que “nunca plantou nem um pé de maxixe e vem dizer que é dono da terra”** (Seu Videlino).

O território ocupado pela Família Magalhães é conhecido na região como Fazenda Lavado ou simplesmente Lavado. Até a escola municipal instalada dentro do território recebeu esse nome. Para Leito Pereira dos Santos, da família Magalhães, o lugar e as pessoas se confundem: **“se um compadre falar que vem nos Magalhães, como falar que vem no Lavado, é aqui mesmo, como se fossem a mesma coisa”**.



Rio Paranã. Fonte: Roberto Alves de Almeida



Escola Municipal na Comunidade Família Magalhães. Fonte: Roberto Alves de Almeida

## Uma terra de agricultores

A Família Magalhães conhece bem os espaços para criar animais, os lugares e modos de plantar na Fazenda Lavado. No Córrego do Cajueiro, o plantio ocorria afastado das casas, em áreas distantes, mas de melhor qualidade. Ano após ano, faziam um rodízio entre três núcleos de plantio: no Córrego Lavado, no Cozinha e no Rio Areia. Para facilitar a permanência por alguns dias nas roças, construíam pequenos barracos de palha e madeira, que hoje são suas marcas no território. A criação de porcos, cabras e outros animais era feita à solta e perto das casas, para evitar que os bichos destruíssem a roça.



Capoeiras na beira do córrego Cozinha – foram roças de 1966 a 1968. Fonte: Roberto Alves de Almeida



Rio Areia no tempo da seca – foi roça de 1973 a 1976. Fonte: Roberto Alves de Almeida

A roça e a criação visavam primeiramente ao sustento da família. O que sobrava era vendido e a renda destinada prioritariamente à compra de bens não produzidos localmente, como sal, café e ferramentas. A venda do pescado era feita em Nova Roma e nos garimpos vizinhos, que surgiram nessa mesma época, com a exploração de cassiterita.

Para comerciar, tinham que viajar a pé. Para chegar a Nova Roma gastavam um dia e meio ou mais de viagem, dependendo da época. Um antigo morador do povoado de Canabrava, em Nova Roma, por onde passava a família de Seu Magalhães em suas andanças para comerciar, se recorda:



Eu era menino [quando eles chegaram]. Ele era muito amigo de meu pai, ia em casa direto, aquela pobreza que fazia dó. [...] Ele vinha e comprava nossa rapadura, farinha, feijão, tudo eles compravam.

Olha, naquele tempo eles vendiam, trazia sabão para vender, e essas coisas... Ia lá um peixe. **Ele nem trazia dinheiro, ele trocava uma coisa pela outra. Ele vinha e trazia o peixe e trocava por feijão, rapadura... Naquele tempo não tinha armazém e fazia as trocas, que ele trazia as coisinhas e trocava...**



Antigo engenho para produção da rapadura (desativado).

Fonte: Roberto Alves de Almeida

Seguindo o direito costumeiro, cada grupo familiar tem sua área própria para plantação, e o plantio confere o direito à capoeira. O plantio é feito com base nos saberes tradicionais de colocar roça: a semeadura após a queimada, quando a terra esfria; o conhecimento dos solos (roça mais úmida ou mais seca para determinadas plantas); a técnica de plantio (como o correto espaçamento entre um pé e outro); a combinação de alguns legumes com outros; o momento de limpa e colheita; o conhecimento dos ciclos lunares adequados aos diferentes produtos agrícolas.

Para os Magalhães, as luas nova e a cheia ocorrem em apenas um dia, cada uma. Nessas épocas, a força da lua é grande, sendo por isso chamada de “muito forte”. No período de dois dias antes e dois depois da lua nova e cheia, nenhuma atividade de plantio é realizada. É o resguardo das atividades agrícolas. José Magalhães da Cunha explica que as épocas ideais para o cultivo são as luas crescente e minguante: “a gente só planta depois da boa, que é três dias depois da nova [na crescente]”



A ciência seguida pelos Magalhães também regula o tipo de plantio a ser realizado em cada fase lunar. Na fase crescente, planta-se milho, cana, arroz, banana ou feijão. Já os alimentos de raiz, como a maniva, são plantados na minguate, perto da cheia, de acordo com José Magalhães da Cunha, este seria o período em que o “pé não se desenvolve e a raiz dá boa”, ou seja, a raiz tem melhor desenvolvimento.

Além da fase lunar, o grupo segue a definição de dias especiais para a semeadura dos legumes. No mês de dezembro, o dia de Nossa Senhora da Conceição (8), o de Santa Luzia (13) e o Natal (24). Em janeiro, São Sebastião (20). Além disso, é costume no quilombo plantar um pedaço da roça no dia de um santo forte para obter proteção e colheita farta.

Outra técnica seguida pela comunidade é o plantio na praia, terra arenosa da margem do rio fertilizada pela enchente. Na época da vazante, o rio deposita uma camada de lama rica em nutrientes, que permite a plantação de melancia, abóbora e mandioca. O plantio é realizado do mês de maio, “quando o rio ia baixando”, até o mês de junho, segundo Seu José Magalhães da Cunha.

Durante um tempo, um produto muito importante para a comunidade foi a farinha, produzida em mutirão: “a gente faz assim, um ajuda um e outro ajuda outro” (Dona Alvinha Pereira dos Santos). Entretanto, a produção de farinhada foi suspensa, devido à ausência de terras para plantio. Agora, esse produto é adquirido no mercado.



Forno de torrar farinha de Seu José.  
Fonte: Roberto Alves de Almeida

## Festa, fé e tradição

Como herança dos Kalunga, a tradição religiosa entre os Magalhães é o catolicismo popular, com rezas, folias e culto aos santos. **O principal festejo da comunidade é feito em honra a Nossa Senhora da Conceição, no dia oito de dezembro.** A festa retrata a devoção que Dona Alvina herdou de seu avô. O acontecimento atrai moradores das localidades ao redor, como Nova Roma, Ourominas, Abrobeiras, Feixe, Canabrava e visitantes de regiões mais distantes, como Monte Alegre, Teresina, Iaciara e Brasília.

O festejo possui momentos sagrados e de diversão. Diante do altar da santa, na sala da casa de Dona Alvina, a família e os convidados rezam o terço e uma ladainha com vários cânticos e benditos, todos em latim. Após a reza do último bendito, eles vão para o terreiro, onde tem início a festa organizada com a participação de toda a comunidade. O momento é animado pela dança do forró e são servidas as refeições chamadas de banquete ou cozidão.

**Em julho a comunidade celebra a festa de São Sebastião, que percorre todos os povoados da região e conta com a tradição do mastro e da folia.** A folia é composta por: *arfelo* que carrega a bandeira; o *caxixeiro* que bate a caixa (tambor); o *violeiro* e o *pandeiro* que além de tocar, também cantam; e os *foliões*, aqueles que cantam. Os foliões muitas vezes veem de outras localidades.

Há um grande jantar coletivo. **O mastro é erguido com uma bandeira do santo e um grupo de homens e mulheres dançam a Sussa: coreografia da região do Kalunga** que inclui repertório musical tocado pelos músicos da folia com uma forma própria de tocar, cantar e de dançar. A sussa mistura termos da língua portuguesa e da língua banto e se trata de uma manifestação musical rural transmitida oralmente. Ao fim da sussa, começa o forró, que só cessa pela manhã, quando o mastro é derrubado, indicando que a festa acabou.

Algumas festas e folias organizadas pelas comunidades vizinhas costumam passar pelo território dos Magalhães, que oferecem ali-

mentação e pouso aos festeiros. Os dias santos são rigorosamente guardados na comunidade, exceto quando se está trabalhando para algum fazendeiro. Nesse caso, é preciso rezar um Pai Nosso e se desculpar com o santo, explicando que não foi possível guardar o dia. Por outro lado, os feriados que não têm um motivo religioso não são guardados pelos Magalhães. A moradora Hildete Pereira dos Santos afirma: “Feriado aí do governo nós num guarda não, nós trabalha igual”.

## A luta para permanecer no Lavado

O território da Família Magalhães engloba três áreas. A área da beira do Rio Paranã, na região do Córrego do Cajueiro, que permaneceu sob o domínio do grupo desde a sua chegada, em 1956. A área delimitada pelo Rio Paranã (incluindo as ilhas) – Rio Areia, Garimpinho e a serra do Garimpo do Felipe – que foi perdida pelos quilombolas na década de 1970. Por fim, existe a área das serras do Arame, do Caju e do Garimpo, que servem de divisa natural com as comunidades do alto.



Rio Paranã na época da seca.  
Fonte: Roberto Alves de Almeida

A perda de território da Família Magalhães no Lavado começou por volta de 1976, com a chegada dos “de fora”, também chamados de “paulistas”. Em 1980, os paulistas se estabeleceram na sede da fazenda, à 700 metros da casa da Família Magalhães. Estes teriam adquirido partes da antiga Fazenda Lavado,



notadamente as áreas em torno do Rio Areia e Córrego Cozinha, dois dos principais lugares de roça dos Magalhães. Seu José Magalhães relata:

O fazendeiro chegou aqui, disse que era dono e fez um projeto. Ai ele desmatou tudo, até lá em cima. Aí falou que era pra nós sair, falou até derrubar a casa minha lá... Ele não chegou a ponto de derrubar não, mas passou no terreiro a desmata. Ai nos reunimos e falamos pra ele parar que não é assim de todo jeito não. Nós tava aqui com o apoio do fazendeiro velho que colocou nós aqui, aí ele parou. Mas por ele era pra desmatar tudo. [...] (José Magalhães da Cunha)

Com a proibição do uso dessas áreas e o desmatamento promovido em grande parte do território, os Magalhães passaram a plantar nas margens do Rio Paranã, perto de suas residências, em uma terra que eles consideram mais fraca. Também tiveram que abandonar suas criações na solta de porcos, cabras e pequenos animais. Depois dos paulistas, ocorreu a venda da fazenda Santa Rita para um grupo de franceses, que os proíbe de plantar no outro lado do rio. Os Magalhães ficam encurralados.



Gado dos Magalhães na solta com capim escasso.  
Fonte: Roberto Alves de Almeida

Nesse período de encolhimento do território, os filhos de Dona Alvina atingiram a idade de constituírem novas famílias, aumentando a pressão sobre as poucas e frágeis matas. Para sobreviver, os Magalhães passaram, então, a plantar “a meia”, ou seja, dividindo os custos e lucros da cultura agrícola com fazendeiros

vizinhos que lhes cedem áreas para cultivar. Não havendo possibilidade de se dedicar às plantações por grupo familiar, os Magalhães retomaram a colocação da roça de forma coletiva. Lelito Pereira dos Santos relembra: “Aí nós plantou no Brejo, na Covanca e na fazenda de Doutor Paulo, nós plantava de meia e era uma roça só para todo mundo”. As poucas cabeças de gado foram cercadas e tratadas com capim brachiara, já que o capim nativo ficou fraco com o desmatamento promovido em 1980.

Esse conturbado período também foi marcado pela presença ameaçadora de um advogado no início da década de 1990, que se dizia representante dos herdeiros do atual dono da terra. Para os quilombolas foi “um grileiro vendendo para outro” (Lelito Pereira dos Santos). O advogado conseguiu despejar vários moradores da redondeza à força derrubando roças e cercas, empregando capangas armados, disparando tiros e incendiando casas. Também desocupou parte da fazenda próxima ao Garimpinho ocupada por posseiros.

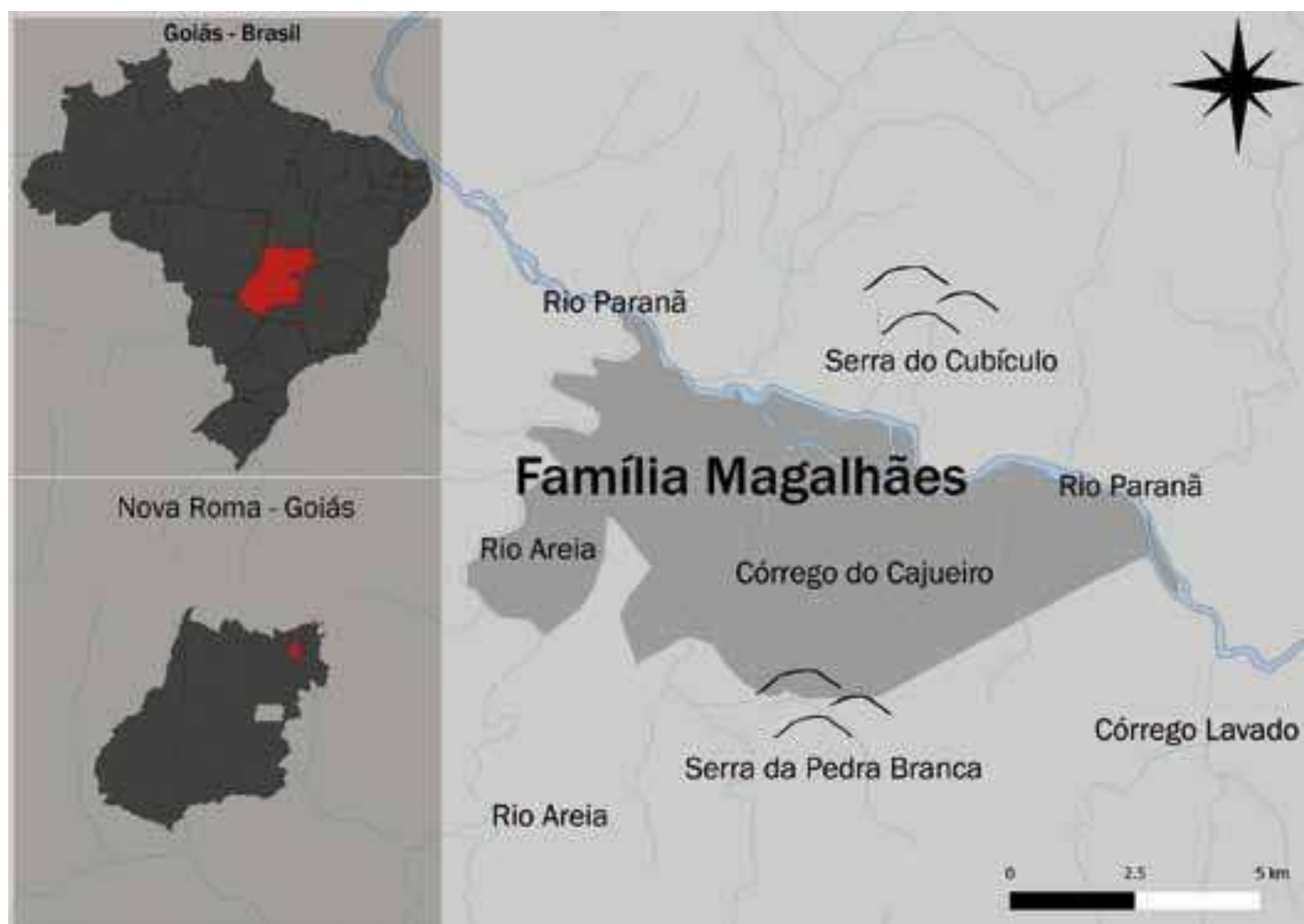
Para resistir, a comunidade recorreu uma vez mais a práticas coletivas, como a divisão dos gastos referentes ao pagamento de advogados. **A vizinhança em peso apoiou os Magalhães e chegou a ser feito um abaixo-assinado de apoio à família**, abrangendo moradores de Ourominas a Nova Roma. Na lógica desse advogado, os Magalhães eram invasores da área da fazenda e por serem descendentes do Povo Kalunga, deveriam voltar para o Território Kalunga. Entretanto, o poder público municipal de Nova Roma apoiou a luta da Família Magalhães, encaminhando um ofício ao então Presidente da República, com carta anexa ao Ministro da Justiça, relatando os problemas vividos pela comunidade.

**Os Magalhães sempre estiveram na terra, desde que se instalaram com consentimento do dono da fazenda, em 1956.** No entanto, não basta simplesmente ter ficado na terra há muito tempo. Além de, como disse Seu Videlino Magalhães Cunha, citado no início deste texto, ser “preciso envelhecer numa terra”, a permanência só faz sentido se for acompanhada de uma atividade produtiva que transforme a terra e as pessoas. É preciso dar frutos e esses só são possíveis através do trabalho. Desse modo, é com

o “trabalho” e com o “suor derramado na terra” que se alcança a produção, e é a produção que garante o sustento das famílias. **Os Magalhães se consideram “uma família só, que trabalha e produz na mesma terra há muito tempo”**. As marcas dessa produção ficam na terra enquanto se faz tudo isso.

Ao longo dos processos jurídicos para defender esse direito, os Magalhães puderam refletir sobre sua história e conhecer políticas públicas de defesa dos direitos das populações quilombolas no país. Dona Maria dos Santos, da família Magalhães, relembra: “Aí começou a mandar chamar lá em Brasília. Quando ele [Senhor Videlino] não podia ir, eu ia. Quando às vezes ligava lá, mandavam alguém comparecer no lugar da gente, foi assim. Até que em janeiro teve uma reunião lá no Incra pra fazer a demarcação”.

**Em 2004 a comunidade recebeu da Fundação Palmares a certidão de autorreconhecimento como quilombola.** Foi também incluída ao “Projeto Kalunga”, uma ação do governo que desenvolve políticas públicas no território Kalunga, tais como: a cons-





trução de casas, instalação de luz elétrica e a perfuração de poços artesianos. Com o autorreconhecimento quilombola e o apoio jurídico fornecido pelo Estado, tornou-se possível reverter a ordem de despejo que pairava sobre a comunidade.

**É vontade dos Magalhães manter seu vínculo na terra através de seus modos de criar, fazer e viver, muitos deles herdados do Território Kalunga.** São quatro gerações que aspiram liberdade para rememorar o passado, tomar decisões no presente, tendo como preocupação a garantia de sobrevivência também das gerações futuras dessa grande família quilombola. Portanto, a reparação aos danos que sofrem desde o ano de 1976 é tão legítima quanto o trabalho árduo realizado no Lavado, tão necessária quanto os cuidados que os Magalhães tiveram e ainda têm com o meio ambiente de seu território.

A heroica resistência do grupo chama a atenção de todos da região, haja vista que a Família Magalhães já contava com um importante histórico de bom relacionamento entre os seus e os vizinhos próximos e distantes. Contudo, o Lavado ainda aguarda a titulação de suas terras: 5.492,14 hectares. Só assim será possível aos Magalhães dar continuidade ao trabalho que sustenta e garante a sobrevivência comunitária dessa família.



Casas tradicionais da comunidade.

Fonte: Roberto Alves de Almeida



Esta narrativa foi escrita por Aline Neves Rodrigues Alves a partir do Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombo Família Magalhães, elaborado pelo antropólogo Roberto Alves de Almeida.

Com informações adicionais do texto “Do tempo da sussa ao tempo do forró, música, festa e memória entre os Kalunga de Teresina de Goiás”, disponível em: [http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=55](http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=55), de autoria de Thaís Teixeira de Siqueira. Para mais informações sobre os Kalungas acessar: <http://quilombokalunga.org.br/povo-kalunga>

# Uma palavra da comunidade

## Família Magalhães

O nosso maior sonho é conseguir o título da Terra para poder trabalhar, fazer plantações e pivor (irrigação). Desde 1976 que a comunidade vem sendo estrangulada e expulsa da terra. Atualmente a família está tendo que pagar aluguel para criar o gado e enfrenta inúmeras dificuldades na produção.

A pessoa mais importante da comunidade é a matriarca e fundadora do quilombo Alvina Pereira Dos Santos. A nossa família quis realçar neste material a vida e a história de Alvina, que é também é a história da nossa terra.

Entrevistada por sua neta, Tatiana, Dona Alvina conta as dificuldades e sofrimentos pelos quais passou. Ter que se mudar junto com Seu Pedro, em busca de trabalho, sem terra certa ou plantio próprio, viver distante do rio e as andanças para buscar água são lembradas com tristeza pela matriarca:

Sufrimento eu nem dô conta. Tem certas coisas que a gente inté esquece (risos). Ave Maria! E seu avô tinha um tal de viver mudando daqui acolá. Eu falava não, não dou mais conta não, carregar trem na cabeça, menino na cacunda, aquele barrigão (...). Ah! Se eu não ia hoje a gente num tava arranjando esse pedaço de terra, que num tinha prova.



D. Alvina, matriarca da comunidade. Fonte: Deusivan.

O reconhecimento e a segurança da posse da terra, maior sonho da matriarca e da família, é fundamental não apenas para o trabalho e sustento de todos. É também o resultado de uma vida de espera e da busca por um lugar para viver em paz, sem problemas e ameaças:

Porque aqui a gente passou muita raiva, muita dó, tinha vez que nem podia dormir de assustado (...). Não tinha nem uma coberta, uma sustentação nenhuma, depois que inventou essa de 'todo mundo tem terra, todo mundo tem terra' e os da comunidade acho que ninguém tem.

Dona Alvina ainda vive e sonha com a titulação do território quilombola da Família Magalhães.

Este texto foi redigido por Deusivan, liderança da comunidade, com a equipe de consulta. O depoimento de D. Alvina foi gravado por Tatiana, sua neta.



# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

A474qf Alves, Aline Neves Rodrigues  
Quilombo Família Magalhães / Aline Neves Rodrigues Alves. - Belo  
Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do  
território da comunidade quilombo Família Magalhães de Roberto Alves de  
Almeida.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Almeida, Roberto Alves de. Relatório  
antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade  
quilombo Família Magalhães. I. Título. II. Série.

CDD:306  
CDU:39



## A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.